

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO AGRO BRASILEIRO: TRAJETÓRIA, CONTRADIÇÕES E ALTERNATIVAS

DOI 10.4025/revpercurso.v9i1.33099

Luís Felipe Perdigão Castro

Doutorando em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
(CEPPAC/UnB), da Universidade de Brasília- UnB.
E-mail: lfperdigao@gmail.com

RESUMO: O presente artigo debate a ideia demodernização no meio rural, focando sobre o significado da “Revolução Verde”, enquanto projeto conservador de determinadas estruturas socioagrárias na América Latina e, mais especialmente, no Brasil. O pano de fundo é a discussão sobre as possibilidades, contradições e alternativas desse projeto frente às cosmovisões da agricultura familiar. Assim, através de dados bibliográficos, caracteriza-se a agricultura familiar enquanto “conceito-síntese” (SAUER, 2010), capaz de evidenciar processos mais gerais de rupturas e continuidades no desenvolvimento rural e nacional. O objetivo é discutir, histórica e culturalmente, as formas de agir e viver da categoria social, buscando na perspectiva de seus valores um potencial de desenvolvimento agrícola que ultrapasse o binômio capital-terra.

Palavras- chave: Agricultura familiar; Progresso; Modernização; Valores.

THE “CONSERVATIVE MODERNIZATION” IN AGRO BRAZILIAN: TRAJECTORY, CONTRADICTIONS AND ALTERNATIVES

ABSTRACT: This article discusses the modernization idea in rural areas, focusing on the meaning of the "Green Revolution," while conservative project of social and agrarian structures in Latin America and more especially in Brazil. The background is the discussion about the possibilities, contradictions and alternatives of this project facing the worldviews of family farming. Thus, through bibliographic data, characterized the family farm as a "concept-synthesis" (SAUER, 2010), capable of showing more general processes of ruptures and continuities in rural and national development. The purpose is to discuss, historically and culturally, ways of acting and living the social category, looking from the perspective of their values a potential for agricultural development that exceeds the capital-land binomial.

Key-words: Family farming; Progress; Modernization; Values.

1 INTRODUÇÃO

A noção de progresso remonta ao século XVIII, com fundamento no enciclopedismo francês, posteriormente, no positivismo do século XIX. Nesse período, sua concepção consistiu, grosso modo, em melhoramentos que conduzissem ao crescimento das liberdades econômicas, bem como à ampliação de conhecimentos técnico-industriais.

Após os anos 1930, as dificuldades enfrentadas pelas democracias liberais (guerras, desemprego, xenofobia, exclusão social, etc.) mostraram a insuficiência da ideia de progresso como crescimento econômico. Assim, o termo “desenvolvimento” ganhou força e, durante os anos 1950, a referência a “desenvolvimento” passou a ser recorrente nos meios científicos e na linguagem comum. Tornou-se, então, um componente ideológico da civilização ocidental, reunindo teorias e princípios que atribuíam ao Estado a promoção da modernização dos processos e das instituições (WALLERSTEIN, 1974a, 1974b, 2012).

Nesse percurso, a noção de progresso foi, do século XVIII ao XX, sucessivamente “associada às idéias de perfeição, evolução, crescimento”. Ademais, passou a ser criticada enquanto “uma seqüência histórica, generalizável para todos os povos e sociedades”. Mesmo assim, a noção de progresso e de outros conceitos, como desenvolvimento sustentável, continuam a ocupar um lugar estratégico na análise e no debate social, por articular dimensões do saber científico, em especial, natureza, sociedade e agricultura. Dentro desse contexto, a noção de desenvolvimento rural sustentável tem como premissa o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 1997, p. 41).

Postos tais marcos, a “modernização da agricultura” é, reflexivamente, produto da organização dos recursos agrícolas, do cálculo de racionalidade e planejamento econômico, mas, sobretudo, decorrência de elementos históricos altamente específicos, determinantes da construção social do uso e da apropriação de recursos privados e públicos. No caso do Brasil, essa trajetória é marcada pelo período pós-1965, em que os anseios de “modernização da agricultura” foram profundamente vinculados à ideia de progresso. A implantação da Revolução Verde, através de um amplo programa de crédito e outros incentivos governamentais, consolidou a concepção de progresso no campo como produção baseada na combinação intensiva de tecnologia, capitais e informações (CASTRO, 2015).

Nesse contexto, diversas categorias sociais, a exemplo da agricultura familiar foram associadas à ideia de atraso, de passado e, mesmo, de pobreza (CASTRO, 2015, p.92).No entanto, as reflexões sobre a trajetória da modernização agrícola e seus impactos sobre outras formas de acessar a terra possuem importância não apenas por se referirem à “segurança alimentar”¹, mas a novas formas de se propor o desenvolvimento, na medida em que “essa categoria social evidencia formas de viver e agir peculiares. A agricultura familiar acessa e difunde formas de saber, de organização do trabalho, de cultivo de sementes e de tecnologias não ligadas aos modelos homogeneizadores de produção” (CASTRO, 2015, p. 94; SAUER, 2003; 2008).

Sendo assim, o presente artigo apresenta um breve panorama sobre a ideia demodernização no meio rural, focando sobre o significado da “Revolução Verde”, enquanto projeto conservador de determinadas estruturas socioagrárias na América Latina e, mais especialmente, no Brasil (tópico 1). Na sequência, analisa-se a ideia de modernização no contexto da agricultura familiar brasileira, enfatizando a construção política e social que sintetiza diferentes sujeitos políticos e expressa processos de luta por terra (tópico 2). Por fim, no tópico 3, debate-se de que forma os valores inseridos na agricultura familiar possibilitam um desenvolvimento social e econômico “divergente, ou pelo menos diferente, da proposta da Revolução Verde” (CASTRO, 2015), isto é, uma alternativa ao desenvolvimento baseado no binômio capital-terra. O objetivo é investigar, através de pesquisa bibliográfica, o papel da agricultura familiar para a mudança nas relações humanas, econômicas e sociais do campo e da sociedade.

2 PANORAMA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

A temática do “desenvolvimento” recebeu enorme atenção nos anos 1960 e 1970 não apenas dos sociólogos brasileiros, mas também dos estudiosos latino-americanos. Buscava-se

¹Os agricultores familiares produzem cerca de 70% dos alimentos que são consumidos no planeta. No Brasil, esse segmento produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 60% do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Toda essa capacidade produtiva ocorre em meio a uma realidade social em que os agricultores possuem pouca ou nenhuma terra (IBGE, 2007; SAUER e CASTRO, 2012, p.09).

compreender o subdesenvolvimento dos países da América Latina, suas relações de dependência econômica em relação às nações centrais, bem como os mecanismos de superação/mitigação da dependência e subordinação. O debate dizia respeito aos “fatores favoráveis ou desfavoráveis para que os países “tradicionais” pudessem se desenvolver e se transformar em nações “modernas”, rompendo com a histórica inserção subordinada na divisão internacional da produção e do trabalho” (PERLATTO, 2014, p. 465).

Antes disso, porém, nos anos 1940, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que se consolidou como um dos principais espaços de difusão do debate sobre o desenvolvimento. A concepção “dualista”² da CEPAL se baseava no princípio da “causação funcional”, segundo o qual a transformação de uma variável levaria à mudança das demais (efeito cascata). Havia também uma concepção “etapista” do desenvolvimento, que buscava superar o “atraso” da América Latina em relação ao “centro” econômico mundial (BIELSCHOWSKY, 2000; PERLATTO, 2014),

Nessa lógica, o Estado era visto como o principal indutor de desenvolvimento econômico da periferia latino-americana (BIELSCHOWSKY, 2000; PERLATTO, 2014), que se inseria em um cenário mundial e regional marcado por doutrinas e políticas de intervenção norte-americana:

Entre los años 1930 y la Segunda Grande Guerra se percibe la ineficiencia de los postulados del Pan-americanismo. En busca de una alternativa, los EUA apuntan iniciativas en el campo de la defensa continental. Se consolida la idea de Ínter-americanismo, con nuevas doctrinas y políticas en detrimento de la integración económica de las Américas (NOVION, 2006, p. 03).

Em tal momento histórico, o declínio da “industrialização substitutiva de importações” tornou evidente o aprofundamento da subordinação e da dependência econômica de países latino-americanos diante dos capitalismo norte-americano e mundial. Perpetuava-se “a subordinação econômica, a injustiça social, a inércia política e o desestímulo cultural”, colocando em evidência a “marginalidade estrutural”. Isto é, havia a coexistência dos modelos de organização social

² Obras como “Os Dois Brasis” (1959), de Jacques Lambert, “Dualidade Básica da Economia Brasileira” (1963), de Inácio Rangel e “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico” (1967), de Celso Furtado, se baseavam em perspectivas dualistas para a compreensão dos desafios ao desenvolvimento nos países latino-americanos (PERLATTO, 2014, p. 480).

“arcaico” e “moderno”, tornando diferentes as ideias de “modernização” e “desenvolvimento” (COSTA PINTO, 1970, p.06).

Para Costa Pinto, a modernização consistiria em mudanças dos padrões de consumo, de comportamentos e valores, que supostamente elevariam o patamar de instituições “tradicionais” para conceitos que existiam nas sociedades mais “avançadas”. Por sua vez, o desenvolvimento estaria relacionado a modificações mais “profundas” do perfil da estrutura econômica e social do país. O Estado, nesse sentido, teria papel fundamental na América Latina. Seria o agente estratégico para a modernização econômica e social, de modo a romper com a situação de “marginalidade estrutural” (COSTA PINTO, 1970; PERLATTO, 2014, p. 466).

Esse debate também se orientou por outras vertentes que, como as chamadas “Teorias da Dependência”, voltaram críticas às concepções “evolucionistas (das etapas) e funcionalistas (especialmente a teoria da modernização) do desenvolvimento. De certa forma, essas críticas trouxeram para o centro do debate a dimensão histórica dos processos de formação do sistema capitalista. Os teóricos da dependência focavam a vinculação ao “sistema econômico” e os “blocos políticos internacionais”, como fatores de impacto nas sociedades subdesenvolvidas (CARDOSO, 1970, p.27). Assim, analisavam as condições latino-americanas e o tipo de integração social como condicionantes do desenvolvimento, abordando a dependência na fase de constituição do Estado nacional, a dependência na situação de enclave e a dependência na etapa de internacionalização do mercado (CARDOSO e FALETTTO, 1973, p.21).

Em outra perspectiva sobre desenvolvimento, Florestan Fernandes construiu uma “interpretação militante”, isto é, projetou a Sociologia no âmago dos processos de crise, inclusive abordando o “novo imperialismo” impulsionado pelos Estados Unidos na região no contexto da Guerra Fria, relacionando-o com a sociedade de classes desigual dos países do continente. Para Florestan, a conformação das relações de dependência entre a América Latina e os países centrais resultava no capitalismo dependente, que tinha como característica principal o “superprivilegiamento de classe” interno a cada um desses países. Fatores como mudança sociocultural, crescimento econômico e instabilidade política foram relacionados com a natureza e limites da “revolução burguesa” em um contexto de capitalismo dependente, como o brasileiro. Em outras palavras, a dominação externa estimularia uma certa modernização dos países latino-

americanos, mas, ao mesmo tempo, impediria a autonomia real desses países (FERNANDES, 1975, p.09)³.

Nessa linha o debate sobre desenvolvimento adentra claramente as relações agrárias, pois, as formas de dominação indicadas por Florestan teriam consequências sobre o que produzir e como modernizar espaços e setores. Isto é, condicionariam e reforçariam as estruturas econômicas arcaicas, fundamentais para a preservação do esquema exportação- importação, baseado na produção de matérias-primas e de bens primários (agrícolas); em segundo lugar, a dominação imperialista contribuiria para reforçar a modernização conservadora dos países periféricos (PERLATTO, 2014, p. 468).

Esse cenário trouxe nova ênfase aos debates sobre desenvolvimento nos principais países da América Latina, por destacar os processos de internacionalização do capital e de desenvolvimento dependente das economias latino-americanas (IANNI, 1989). Ao mesmo tempo, permitiu uma “crítica sistemática e simultânea” capaz de “fazer desse acúmulo de frustrações históricas o ponto de partida para a reconstrução social profunda” (COSTA PINTO, 1970, p.06).

Relacionado a esse debate, nos anos 1960 e 1970, “parte significativa da imaginação sociológica brasileira⁴ se dedicou a compreender as características da chamada revolução burguesa brasileira”, que teria sido operada mediante o estabelecimento de uma coalizão entre as elites modernas e tradicionais. Dessa forma, ao contrário do que sustentara grande parte da bibliografia produzida no período anterior, ancorada em perspectivas dualistas:

[...] a modernização do país não teria implicado no desaparecimento das antigas elites agrárias, representando, pelo contrário, um processo de renovação de sua

³ Florestan (1968, p.12) critica os “investigadores de centros mais avançados” que “lidaram com os problemas de interpretação das sociedades capitalistas dependentes como se o subdesenvolvimento fosse uma contingência ou uma condição transitória”. Tratava-se de enfatizar o caráter estrutural dessa subordinação entre países centrais e periféricos, tomando como base a investigação sociológica sobre associação do regime de classes interno a cada um dos países latino-americanos com o modelo externo de capitalismo dependente, associação esta que assegurava os padrões de subdesenvolvimento (FERNANDES, 1968).

⁴ Nesse rol, obras como “A Economia Brasileira. Crítica à Razão Dualista” (Francisco de Oliveira, 1972), “São Paulo e o Estado Nacional” (Simon Schwartzman, 1975); “Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil” (José de Souza Martins, 1975); “A Revolução Burguesa no Brasil” (Florestan Fernandes, 1975); “Liberalismo e Sindicato no Brasil” (Luiz Werneck Vianna, 1976).

participação no controle político do país. O moderno, portanto, não vinha a partir da superação do atraso, mas era o próprio atraso que impulsionava a modernização brasileira (PERLATTO, 2014, p. 469).

Assim, o atraso social, o tradicionalismo e as relações de produção “arcaicas” no campo não constituíam obstáculos à modernização econômica e à acumulação social, na medida em que o processo de acumulação incorporava essas relações sociais e concepções à sua estrutura de funcionamento (MARTINS, 1975; WANDERLEY, 1999; CASTRO, 2015).

Por esse viés, a modernização conservadora deve ser entendida não como uma ruptura com o “atraso” e o “arcaico”, mas um processo contínuo de misturas entre o moderno e o atraso, significando a transição ao moderno através da preservação das formas autoritárias de controle social. É uma modernização que, além de capitalista, teria se dado a partir de uma coalizão (elites modernas e tradicionais), comprometida com a manutenção da velha ordem social (WERNECK VIANNA, 1999; 2004).

O aspecto central que Werneck Vianna levanta para evidenciar o caráter conservador da nossa modernização capitalista e que perpassa toda sua obra diz respeito à forma que assumiu o liberalismo no Brasil. (...) Werneck segue a perspectiva já apontada por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, demonstrando que o liberalismo que vicejou entre nós não foi postiço. Pelo contrário. Teria sido justamente a partir dele que teria nascido o impulso para a modernidade e a transição para a revolução burguesa. Werneck aponta para a mesma direção da obra de Florestan, evidenciando a importância do liberalismo para a modernização brasileira, posto que o primeiro grande salto fundamental para a evolução do capitalismo no Brasil teria sido antes de natureza sociocultural do que econômica (PERLATTO, 2014, p. 472).

No caso do mundo rural, desde os anos 1950, a noção de modernização encontrou nos Estados Unidos e na Europa um terreno receptivo. Sob a ação conjugada do Estado, das indústrias agroalimentares e de uma camada de agricultores empresariais, o setor agrícola foi inserido cada vez mais no sistema econômico capitalista, passando a orientar-se pelos critérios de produtividade, tecnologia e eficiência.

Através das “estruturas de promoção, vulgarização e extensão de novas tecnologias foram colocadas em funcionamento, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, as estruturas de desenvolvimento agrícola e rural que, posteriormente, seriam difundidas” (ALMEIDA, 1997, p. 38). A noção desse desenvolvimento foi, no entanto, restritiva, por se aplicar essencialmente ao progresso das técnicas de produção e de aproveitamento econômico dos recursos.

Seguindo essa tendência, em meados da década de 1960, vários países latino-americanos, inclusive o Brasil, engajaram-se na chamada “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a ideia que passou a ser conhecida com frequência como aquela do “pacote tecnológico”(ALMEIDA, 1997, p. 44). No Brasil, a modernização conservadora do campo foi conduzida pelos governos militares através de políticas de desenvolvimento agrário, a exemplo do Ministério de Assuntos Fundiários (submetido ao Conselho de Segurança Nacional), da Operação Cívico-Social do Exército, do Projeto Rondon e de inúmeros programas de crédito, subsídios e financiamentos públicos a grandes empreendimentos.

De forma geral, essa lógica representou na América Latina a “intensificación selectiva del apoyo a la agricultura empresarial y comercial, lo que Silva (1982) llamó modernización dolorosa y conservadora”. Como resultado, tornou evidente “un proceso de polarización de la agricultura latinoamericana entre formas de producción campesinas y patronales” (SABOURIN et al, 2014, pp. 21/22). Isso por que o aumento da produtividade⁵ foi acompanhado de um agravamento da concentração fundiária, dos conflitos no campo e da desterritorialização de categorias sociais, em especial dos agricultores familiares, nações indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais.⁶

De esta forma se puede afirmar que los movimientos indígenas y campesinos son los sectores vulnerables de estas políticas bilaterales. La ausencia de una política modernizante, capaz de integrarlos a la sociedad, respetando sus tradiciones y culturas, ha establecido una ausencia histórica de políticas de inclusión social que acaba por determinar el fin del diálogo, el aumento de la violencia y el fortalecimiento y propagación de la intolerancia, formando um círculo vicioso que se radicaliza cada vez más (NOVION, 2006, p. 20).

⁵ Produtividade é um indicador econômico que relaciona valores de produção com quantidades dos fatores de produção utilizados. Considerando que no setor agrícola todos os três fatores de produção — terra, capital e trabalho — tem grande importância, o indicador de produtividade de um fator isolado, pode não refletir com precisão a capacidade produtiva por não considerar as interações entre os 3 fatores (BUAINAIN e VIEIRA, 2009).

⁶ Nesse sentido, obras de José de Souza Martins (O Cativo da Terra, 1979; Expropriação e Violência. A Questão Política no Campo, 1980), Maria Nazareth Wanderley (Capital e Propriedade Fundiária, 1979) e Glaucio Soares (A Questão Agrária na América Latina, 1976).

Em outras palavras, a “Revolução Verde”, sob o discurso de uma aparentemente renovação e modernização, manteve o aproveitamento econômico das terras dentro de pactos de poder político e social, nos quais “a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido”. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Em tal cenário, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1999; CASTRO, 2015).

A partir dessa trajetória histórica e econômica, um novo padrão agrícola se consolidou em muitos países latino-americanos, em especial no Brasil, após os anos 1960/1970, sob as seguintes linhas: a) integração vertical da economia, b) aumento da produtividade, c) aproximação da lógica agrícola de produção do padrão de acumulação industrial, d) reorientação das políticas públicas agrícolas para o eixo de desenvolvimento dos complexos agroindustriais, e) reforço da presença do Estado, como agente modernizador do campo. Esse modelo é fruto do desenvolvimento pensado a partir do atrelamento da estrutura econômica à organização político-social, em condições originalmente mercantil-coloniais⁷ que se reatualizam e se mesclam a novos elementos. Na reinvenção do velho, o uso da terra e seus recursos sob uma lógica fortemente capitalista (guardadas as devidas diferenças de tempo e espaço históricos) trazem consigo a essência do modelo mercantil-colonial que, de forma excludente e concentradora, está focada nas “regras de como e o que produzir para exportar” (GIRARDI, 2008, p.75), compondo “o conjunto de questões estruturais que barram outro modelo de desenvolvimento” (GIRARDI, 2008, p.74).

Exemplo dessa reatualização é a Revolução Verde, como projeto imposto ao conjunto das sociedades, sob o argumento de que seria a portadora do progresso para todos, subordinando a agricultura à indústria, pelo complexo agroindustrial (CASTRO, 2016b, p. 177). Esse modelo, porém, não se consolidou pacificamente e, a exemplo do Brasil, foram muitas as lutas de

⁷ A inserção do território brasileiro no mercantilismo português ocorreu através do modelo de *plantation*, a partir do qual o povoamento do Nordeste foi a primeira experiência efetiva de colonização. A combinação de mão-de-obra escrava, primeiramente indígena e depois africana, aplicada ao cultivo monocultor da cana-de-açúcar, constituiu o primeiro ciclo econômico do Brasil-colônia e a origem de uma estrutura agrária socialmente excludente, predatória de recursos naturais e concentradora do acesso à terra (WANDERLEY, 1995; GIRARDI, 2008).

resistência de diversas categorias sociais, a exemplo dos Agricultores Familiares. Esses agricultores lutam e resistem através de ocupações, mobilização e organização social em entidades e, principalmente, pela reprodução de suas formas de agir e viver no campo. A criação de assentamentos rurais e própria recriação do campesinato são manifestações de luta por terra, como lugar de vida e dignidade (SAUER e CASTRO, 2012; CASTRO 2015).

Tais especificidades nos mostram a existência de diferentes capacidades de resistência e adaptação de categorias sociais, frente às condições do campo brasileiro. As formas de resistência da Agricultura Familiar trazem consigo respostas à imposição de modelos de desenvolvimento baseados nos valores da Revolução Verde e, como formas de agir e viver, representam novas perspectivas de desenvolvimento para o rural e para o nacionalagroindustrial (CASTRO, 2016b, p. 178). Nesse contexto, como “resultado da capacidade de iniciativa, adaptação e resistênciada própria população do campo” aos processos locais e mais gerais da sociedade (SAUER, 2009), os agricultores familiares foram reconhecidos e vêm se firmando como atores sociais responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos consumidos no Brasil (CASTRO, 2013, 2016a, 2016b, p. 178/179).

Embora não se possa falar em um projeto de desenvolvimento “exclusivo” da Agricultura Familiar, é possível identificar nas peculiaridades culturais do agricultor familiar, elementos implícitos à sua forma de agir e viver, que apontam para formas sustentáveis de desenvolvimento social e econômico, tanto no rural, quanto no nacional (CASTRO, 2015).

3 AGRICULTURA FAMILIAR NO AGRO BRASILEIRO: LUTAS POR TERRA E DIREITOS

A agricultura familiar se insere em um processo histórico que não é homogêneo, nem linear. As especificidades e complementaridades institucionais variam, como fatores capazes de gerar diferentes capacidades de adaptação e de planejamento. Ou seja, conforme a realidade de cada país, as vantagens institucionais comparativas promovem respostas diversas às demandas (HALL E SOSKICE, 2001), levando-se em conta que:

Si las periodizaciones en la historia sirven para un mejor ordenamiento y comprensión del pasado, al mismo tiempo establecen marcos monolíticos, muchas veces incuestionables, de como pensamos a la misma Historia de nuestro continente desde una perspectiva puramente occidentalizada. Es decir,

¿Cuándo empieza la Historia de América?, Cuándo se establecen las relaciones Internacionales en el continente?, Cómo se relacionan, si es que sí, las luchas armadas em los distintos tiempos y espacios del continente?, ¿Es la lucha armada un fenómeno puramente desatado entre las décadas de 1960 y 1990? Estas preguntas, entre tantas, inciden sobre la forma de construir conocimiento sobre nosotros mismos (NOVION, 2014, p. 121).

Assim, embora as transformações no meio rural, inclusive o brasileiro, sejam o efeito, no plano local, dos processos mais gerais, estes devem ser compreendidos em suas particularidades e contingências, construídas ao longo da história (SAUER, 2009) de diversas sociedades e povos latino-americanos.

Dessa forma, a ideia de “modernização da agricultura”, como estratégia para o desenvolvimento, é fruto de uma construção política e social que sintetiza sujeitos políticos e expressa processos de luta por terra como lugar de direitos fundamentais e identidades culturais.

A agricultura familiar sob a perspectiva de uma “categoría social diversa y heterogénea” se consolidou pelo “papel estratégico en el proceso de desarrollo social y económico de los países de la región”. Portanto, adquiriu “una centralidad política tanto para las organizaciones internacionales como para los movimientos sociales, los sindicatos y las cooperativas, al igual que para los partidos políticos y para los programas y las políticas públicos” (SCHNEIDER, 2014, p. 08).

Como um “guarda-chuva conceitual”, o termo agricultura familiar abriga “grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização os tipos de mão-de-obra e de gestão”, os quais são essencialmente familiares. As unidades de produção familiar seriam “formas de conexão, de disjunção e de conjunção”, sistemas de “procedimentos e de estratégias e não uma estrutura dada, a qual aos indivíduos só cabe a própria modelação (NEVES, 1995, p. 34).

Essa diferença se torna evidente nas políticas de modernização que, a exemplo da Revolução Verde iniciada nos anos 1960/1970, não romperam com as antigas formas de exploração e suas raízes coloniais. Isto é, através da modernização conservadora, as “plantations” foram ampliadas com formas contemporâneas, que uniram os sistemas agropecuário com os sistemas industrial, mercantil, financeiro e tecnológico, formando o agronegócio (CLEMENTS e FERNANDES, 2013, p. 02).

Além da polêmica que envolve o debate sobre concentração fundiária, segurança alimentar e segurança energética, parte desse processo tem sido marcada pela apropriação de riqueza pelo capital internacional (SAUER e LEITE, 2012b), pois “la preocupación mundial cuanto a la escasez de recursos naturales o crisis energética ya está presente desde los años 70. Se sabe que las principales reservas de recursos naturales del planeta están em el centro-sur de este continente” (NOVION, 2006, p. 18).

Nessa linha, o capital nacional e internacional se uniram para ampliar as formas de inserção nos mercados locais, nacionais e global. Este processo de ocupação estrangeira pelas corporações transnacionais e de diferentes tipos de capital desempenhou papel central no processo do commoditização da agricultura. A soja e cana de açúcar tornaram-se as principais commodities no processo de modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola (CLEMENTS e FERNANDES, 2013; SAUER e LEITE, 2012b).

Projetos de colonização liderados pelo Estado, como o Programa de cooperação brasileira e japonesa para o desenvolvimento agrícola do Cerrado - Prodecer – são exemplos de concentração de terras e promoção da expansão da propriedade da terra nas mãos de estrangeiros no Brasil (CLEMENTS e FERNANDES, 2013, p. 02). Essa dinâmica pode ser vista à luz do que:

[...] se podríallamar de ‘Internacionalización del Continente’ se evidencia una similitud entre las prácticas de cerco a estas áreas y reservas naturales. Además de su importancia natural, se percibe que todas las áreas tienen un aspecto em común: el Agua. Las cuencas amazónica y mesoamericana, el acuífero Guaraní y la Patagonia constituyen las principales reservas de agua potable del planeta. Las especulacion es cuanto a la Internacionalización de estas áreas se relacionan a la idea de preservación, explotación, producción y comercialización de las reservas de agua potable (NOVION, 2006, p. 18).

Nos últimos anos, essa lógica se aplica à expansão da “fronteira agrícola”, incorporando glebas do “Mapito” e região Amazônica (HECHT, 2005). Entre outras consequências, há uma exacerbação das disputas territoriais ou “conflitos em relação aos modelos concorrentes de desenvolvimento e territórios” (FERNANDES *et al.*, 2012, p. 37).

Assim, a noção de agronegócio (como sinônimo de modernização e progresso da agricultura) não se refere apenas ao crescimento econômico, mas à reprodução de uma lógica

predatória e exploradora, capaz de causar significativa concentração de terras e riquezas. A “economia do agronegócio” (DELGADO, 2013) vai além de uma estratégia econômica pura, para “ideologicamente construir uma hegemonia a partir do topo, [que envolve] grandes propriedades, cadeias agroindustriais estreitamente ligadas ao setor externo e as burocracias do Estado”, permitindo “a acumulação de capital no âmbito destes setores” garantidos “por fundos públicos” (DELGADO, 2013, p. 62). Como parte de uma agro-estratégia, o sistema se justifica por narrativas ligadas às necessidades de abastecimento alimentar, segurança alimentar e governança ambiental (BALETTI, 2014, p. 07).

Por outro lado, essa lógica pressupõe a negação de direitos, tais como os direitos territoriais dos agricultores familiares, nações indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, aumentando lutas por terra e território (SAUER, 2012).

De todas las evidencias observadas hasta aquí, otra salta a los ojos, se apunta a la acción de que estas políticas bilateral es afrontan a grupos sociales específicos. Con la premisa de combate al narcotráfico y al terrorismo y la protección Del medio ambiente se nota la configuración de la política hegemónica que atenta contra organizaciones indígenas y campesinas (NOVION, 2006, p. 19).

Contudo, as disparidades vêm sendo questionadas e combatidas também pelos agricultores familiares, que se inserem em um “espaço institucional mais amplo de lutas” (CASTRO, 2013, p.11), isto é, em espaços, agendas e organizações, em que diversas categorias sociais convergem suas demandas por “libertação e emancipação”, o que inclui “reivindicações por saúde, educação, justiça e paz” (SAUER, 2003, p. 15).

Além disso, a categoria social concretiza suas visões de mundo e de desenvolvimento rural sustentável, como alternativas à homogeneização da produção e do espaço. Exemplo disso são os projetos comunitários e de cooperação, que combinam atividades agrícolas e extrativas (atividades agroextrativistas), administrações populares de recursos naturais e vários outros usos econômicos e sociais. Essas experiências destacam uma relação com a terra, na qual as propriedades, posses e outras formas de acesso não se restringem a uma concepção econômica. Há uma infinidade de relações agrárias, parentescos, territórios, tradições e práticas culturais da categoria, que se manifestam como fatores de impacto e reinvenção dos recursos e dos espaços sociais.

4 AGRICULTURA FAMILIAR: ALTERNATIVAS À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL

Diferentemente das economias europeia e norte-americana, as quais, grosso modo, passaram de uma base camponesa para uma agricultura capitalista, o Brasil teve uma natureza distinta no processo de desenvolvimento agrário. Entre nós, a base da mão-de-obra empregada nas unidades agrícolas passou de escrava para assalariada, constituindo uma agricultura capitalista atrelada às oscilações do comércio exterior.

Ao mesmo tempo em que propiciou concentração de terras, crédito e tecnologia, esse ambiente institucional retroalimentou formas de resistência e luta, através do “esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY, 1996, p.11). Existem condições de pressão social intensas, haja vista que no campo brasileiro, onde vivem apenas 18,8% da população, foi registrado um êxodo rural de 4,2 milhões de pessoas no período 1991-2000 e a extinção de 1,5 milhões de postos de trabalho no campo no período 1996-2006 (IBGE, 2006).

Essas tensões provocam resistências, na forma de luta pela terra, que se traduz tanto nos movimentos de ocupação para acesso ao recurso produtivo, como na forma de resistência cultural. A ideia de desenvolvimento da agricultura brasileira foi baseada num projeto de modernização econômica e tecnológica, através da capitalização do latifúndio com recursos públicos. Isso representou a sistemática exclusão do agricultor familiar do acesso à terra e seus recursos, não somente pela construção de pactos políticos excludentes, direcionados a capitalistas urbanos, oligarquias e setores patronais capitalizados. Tais categorias, além de historicamente empoderadas, possuem valorações adequadas à “aliança entre o capital e a terra”, ao passo que o agricultor familiar está culturalmente inserido numa outra lógica de aproveitamento do capital e da terra, no qual a renda e o lucro são elementos componentes e não norteadores de suas decisões (CASTRO, 2015).

Posto naquele ambiente institucional, o agricultor familiar avalia as condições de produção para além de instrumentais jurídicos ou econômicos, típicos da agricultura capitalista, incorporando “uma diversidade de situações específicas e particulares” (WANDERLEY, 1996, p.2).

É por essa especificidade que se manifesta o papel revolucionário da agricultura familiar para a mudança nas relações humanas, econômicas e sociais do campo e da sociedade, por diversas formas de contestação à modernização conservadora e seus efeitos, pois:

[...]en relación com las luchas campesinas en América Latina, otras luchas – sobretudo con base en el campo – expresan, en el curso de los años 90, una contestación radical de la orden social, sea, excepcionalmente sobre forma de guerrilla – como en Colombia con las FARC-EP y el ELN ampliaron su influencia social –, sea lo que es mas frecuente, sobre la forma de movimientos sociales de un tipo nuevo” (LÖWY, 1999, p. 63) Además de las guerrillas, otros movimientos sociales, de un tipo nuevo como afirma Löwy, vienen siendo incorporados a la categoría de narcoterrorismo. Es el caso de los cocaleros en Bolivia, de los Sin Tierra en Brasil y del movimiento Zapatista en México (PETRAS, 2001, p. 66).

Assim, os fenômenos de criminalização dos movimentos sociais e de homogeneização espaço agrário (“commoditização”, exclusão e concentração fundiária) se contrapõem às formas de agir e viver de diversas categorias sociais.

No caso da agricultura familiar, há uma alternativa ao desenvolvimento baseado no binômio capital-terra, isto é, uma via orientada pelo desenvolvimento sustentável e instrumentalizado por uma “reforma agrária de feição especialmente modernizadora, não somente do ponto de vista econômico, mas como superação de relações de dominação” (SAUER, 2010; CASTRO 2015). A família, como proprietária dos meios de produção, trabalho na terra, valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família (TEDESCO, 2001) criam valorações de base cultural, acerca da relação de trabalho, do grupamento afetivo e da visão da terra como lar.

Noutras palavras, todo processo de desenvolvimento do agricultor familiar se baseia na reflexão e no exercício de opções econômicas e políticas profundamente orientadas por fatores de caráter social e cultural altamente específicos. A renda ou o lucro seriam aspectos componentes das decisões, mas não orientadores delas, conforme atestam inúmeros estudos de caso. A “integração ao mercado e a garantia do consumo” – fundamental para a constituição do “patrimônio sociocultural” da agricultura familiar – estão combinados em formas desabarcáveis, transmitido através das gerações sucessivas e que serve de base para o enfrentamento - vitorioso ou não - da precariedade e da instabilidade da estrutura rural. É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência,

efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interna da família ou da prática do “princípio da alternatividade”, formulado por Garcia (1989).

Na prática tem-se, por exemplo, a distribuição de glebas no seio da família fora de uma lógica rígida de venda ou troca de lotes. À medida que ocorrem reconfigurações na organização social da família, caso das uniões matrimoniais, o núcleo familiar redistribui recursos entre si, orientando-se por valores que partem da necessidade de produzir e sobreviver no mercado, mas centralmente orientados pela ligação afetiva com a terra, manifestos pela manutenção de vínculos comunitários e familiares na distribuição espacial das glebas, pela proximidade para a cooperação de esforços no trabalho, a convivência diária do núcleo, etc (WANDERLEY, 1996).

Há, portanto, uma racionalidade intrínseca ao agricultor familiar, que ultrapassa o pacto capital-terra, criando novas visões sobre o que seja desenvolvimento econômico, social e político. A percepção das vantagens ou desvantagens do ambiente institucional estão submetidos a um arranjo de cosmovisões⁸ que se insere em uma unidade que, do ponto de vista operacional e cultural é, ao mesmo tempo, estrutura de produção, de consumo e de reprodução sociocultural. Ideias como progresso, desenvolvimento e modernização estão vinculadas à produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando para além da renda, do lucro ou da comercialização, a reprodução social das cosmovisões. Portanto, conforme Costabeber e Caporal (2003), está subjacente uma lógica de desenvolvimento diferente da lógica que impulsiona a agricultura capitalista.

A “conservação e transmissão de um patrimônio sociocultural” constitui um “modelo original”, que exerce “um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar”. (LAMARCHE, 1993, p. 13). Da centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto, definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição (CHAYANOV, 1974), como um elemento chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸ Neste caso, é o modo pelo qual o agricultor familiar vê ou interpreta a realidade. A palavra alemã é *weltanschauung*, que significa um ‘mundo e uma visão da vida’, ou ‘um paradigma’. É a estrutura por meio da qual a pessoa entende os dados da vida. (Geisler, 2002).

A noção de agronegócio (como sinônimo de modernização e progresso da agricultura) não se refere apenas a crescimento econômico, mas à reprodução de uma lógica predatória e exploradora, capaz de causar significativa concentração de terras e riquezas. Essa concepção baseia-se em um pacto de poder político, que envolve o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público para a agricultura, as agroindústrias, o direito de propriedade e o Estado (DELGADO, 2013).

Trata-se de um arranjo que, por um lado, não rompe com as raízes do passado mercantil-colonial (que orientou o aproveitamento de recursos na América Latina) e, por outro, vem sendo reatualizado pela “Revolução Verde”, enquanto projeto de modernização conservadora. Nesse sentido, sob o discurso de uma aparentemente renovação e modernização, manteve-se o aproveitamento econômico das terras dentro de pactos de poder político e social, nos quais a grande propriedade, provida de capital, informações e glebas, se impôs como modelo de progresso, desenvolvimento e produtividade.

Nesse contexto, as categorias sociais resistem. O agricultor familiar recorre ao passado, que lhe permite construir um “saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos” (WANDERLEY, 1996, p.4), especialmente do trabalho familiar, bem como amaneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. Apesar dos processos de diferenciação interna (fruto da diversidade cultural dos segmentos sociais, como também da concentração e exclusão de terras e recursos no meio rural brasileiro), há uma cultura própria da agricultura familiar. Esse traço cultural decorre de uma unidade que, do ponto de vista operacional e cultural é, ao mesmo tempo, estrutura de produção, de consumo e de reprodução sociocultural.

Assim, ideias como progresso, desenvolvimento e modernização estão vinculadas à produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando para além da renda, do lucro ou da comercialização, a reprodução social das cosmovisões. Esses elementos se referem a uma tradição inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local e, a partir disso, uma estrutura produtiva associativa de família-produção-trabalho, com consequências fundamentais para a forma de agir econômica e socialmente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.W.B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S. e ALMEIDA, W. (orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília, Editora da UnB, p. 27-44, 2011.
- _____. Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 29, n.107/108, p. 25-38, 2006.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 1ed.Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), v. 1, p. 33-55. 1997.
- BAIARDI, A. **Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional**. In: AGUIAR, D.R.D. e PINHO, J. B. (orgs.). Anais Foz de Iguaçu do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER. 1999.
- BALETTI, B. Saving the Amazon? Sustainable soy and the new extractivism. **Environment and Planning A**, vol. 46, p.5-25, 2014.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record/Cepal/Cofecon, 2000.
- BUAINAIN, A. M. e VIEIRA JÚNIOR, P. Produtividade na agricultura: O fator esquecido. **Revista Plantio Direto**, Passo Fundo/RS, p. 8-11, 2009.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- COSTA PINTO, L. **Desenvolvimento Econômico e Transição Social**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- CASTRO, L.F.P. **Dimensões e lógicas do arrendamento rural na agricultura familiar** (dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. 2013.
- _____. Agricultura Familiar, Habitus e Acesso à Terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 2, p. 91-105. 2015.
- _____. Acesso contratual à terra e arrendamentos rurais: uma compreensão à luz dos clássicos. **Revista Percurso**, v. 8, p. 85-110, 2016.
- _____. Agricultura familiar: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Urutágua** (Online), v. n.34, p. 174-189, 2016b.
- CASTRO, L. F. P.; SAUER, S. **A Problemática e as Condicionantes dos Arrendamentos Rurais na Agricultura Familiar**. In: 50º Congresso da SOBER 2012, 2012, Vitória/ES. 2012.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. B. Aires, Nueva Vision, 1974.
- CLEMENTS, E.; FERNANDES, B.M. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**. Maputo: Observador Rural, 2013.
- COSTABEBER, J.A. e CAPORAL, F.R. Possibilidades alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org.) et. al. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria, UFSM. 2003.
- COSTA FILHO, A. **Quilombos e Povos Tradicionais. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais**. Belo Horizonte: GESTA. UFMG. 2010.
- DELGADO, G.C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da

- terra. **Revista Reforma Agrária**. Brasília, ABRA, edição especial, p. 61-68, 2013.
- FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura); BID (Banco Interamericano de Desarrollo). **Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe**. F. Soto Baquero; M.R. Fazzone; C. Falconi (eds.). Santiago, Chile, Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. 2007.
- FERNANDES, B.M.; WELCH, C.A. e GONÇALVES, E.C. **Land Governance in Brazil. Framing the Debate Series**, no. 2 ILC, Rome, 2012.
- FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. **A Sociologia numa Era de Revolução Social**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- FRANÇA, C.G; DEL GROSSI, M.E. e MARQUES, V.P.M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. MDA. Brasília. 2009.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: 1961.
- GARCIA JR, A. **Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. R. Janeiro, Marco Zero, Brasília, CNPq, 1989.
- GEISLER, N. L. **Enciclopédia de apologética**. São Paulo, SP: Editora Vida, p.188. 2002.
- GIRARDI, E. P. **Proposição teóricometodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- _____. Cartografia geográfica crítica e o desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. **Revista do Departamento de Geografia**, v. Especial, p. 302-331, 2014
- HALL, P. et SOSKICE, D. **Introduction to varieties of capitalism in Hall, P. et Soskice, D. (edit.) Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**, Oxford, Oxford University Press, 2001.
- HECHT, S. B. **Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier. Development and Change**, Institute of Social Studies, v. 36, n. 2, p. 375-404, 2005.
- IANNI, O. **Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- IBGE. Séries Estatísticas & Séries Históricas, Rio de Janeiro, IBGE, **Censo Agropecuário 1920 a 1995/96**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/subtema.php?idsubtema=100. Acesso em 10.12.16.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro. 2007.
- KAGEYAMA, Â. (Coord.); BUAINAIN, A.M.; REYDON, B.P.; SILVA, J.G. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.; GASQUES, J.; VILLA VERDE, C. (Orgs.) **Agricultura e políticas públicas**. IPEA, 1990.
- LAMARCHE, H. (coord.) **L'agriculture familiale. 1. Uneréalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à laréalité**. Paris, L'Harmattan, 1994.
- LÖWY, M. **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 1ª ed., Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.
- MARINHO, D. N.C. QUIRINO, T. R. Considerações sobre o estudo do futuro. **Sociedade e Estado**, Vol. X, número 1, janeiro-junho, p. 13-47, 1995.
- NEVES, M.F. **Sistema Agroindustrial Citrícola: Um Exemplo de Quase Integração no Agribusiness**. Dissertação de Mestrado. FEA-USP. 1995.

- NOVION, J. **La Internacionalización del Continente**. Oikos. Rio de Janeiro, v. 5, p. 11-33, 2006.
- _____. Integración Económica y Seguridad Continental: la lucha armada en América Latina y el Caribe en perspectiva histórica, comparada y macro-regional. **Revista Taller**, v. 03, p. 10-20, 2014.
- PERLATTO, F. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. **Revista Estudos Políticos**, v. 5, p. 461-503, 2014.
- PETRAS, J.; SAXE-FERNÁNDEZ, J.; VELTMEYER, H.; NÚÑEZ, O. **Globalización, Imperialismo y Clase Social**. Buenos Aires, Argentina, 2002.
- PETRAS, J.; DIETERICH, H.; CHOMSKY, N. **Subcomandante Insurgente. "Afganistán"**. Buenos Aires, Argentina. Editorial 21 s.r.l., 2001.
- SABOURIN, E., SAMPER, M., e SOTOMAYOR ECHENIQUE. **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Colección Documentos de Proyecto. 2014.
- SAUER, S. O campo no Governo Lula: acordos com o agronegócio e embates nas políticas agrárias no Brasil. **Latin American Perspectives**. (forthcoming). 2016.
- _____. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: Stédile, J.P. (ed.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo, Expressão Popular, p.167-187. 2013.
- _____. Land and territory: meanings of land between modernity and tradition. **Agrarian south: a Journal of Political Economy**. Sage, vol. 1, nº 1, p.85-107. 2012.
- _____. Considerações finais: apontamentos para a continuidade do (em)debate territorial. In: Sauer, S. and Almeida, W. (orgs). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília, Editora da UnB, p.411-422. 2011.
- _____. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular. 2010.
- _____. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa. 2008.
- _____. A luta pela terra e a reinvenção do rural. **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Campinas: Unicamp. 1-25. 2003.
- SAUER, S., FRANÇA, F.C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**. Vol.25, n.65, Salvador, May/August, p. 285ff. 2012.
- SAUER, S., LEITE, S.P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Peasants Studies**. 39:3-4, 873-898. 2012a.
- SAUER, S.; LEITE, S.P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 50, n. 3, p. 503-524, Sept. 2012b.
- SCHNEIDER, B. R. **Comparing capitalisms: Liberal, Coordinated, Network, and Hierarchical Varieties** Working Paper, March 2008.
- SCHNEIDER, S. La agricultura familiar en América Latina. In: Abel Cassol. (Org.). **La agricultura familiar en América Latina**. 1ed. Roma: FIDA, 2014.
- TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, UPF. 2001.
- WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, 1996 e 1999.

_____. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In.: GIARRACCA(coord.). **Una nueva ruralidad en América Latina?**Buenos Aires, CLACSO, 2001.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: WANDERLEY. M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre. Ed. da UFRGS, pp.185-200. 2009.

WERNECK VIANNA, L. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** 4ª edição. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

_____. **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Revan 2004.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto: Ed. Afrontamentos. 1974a.

_____. **O sistema mundial moderno. Vol. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750.** Porto: Ed. Afrontamentos. 1974b.

_____. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, P. A., LIMA VIEIRA, R., & FILOMENO, F. A. (org.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo.** São Paulo: CulturaAcadêmica Ed., p.17-28. 2012.

WELCH, C.A e SAUER, S. Rural unions and the struggle for land in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, p. 1109-1135, 2015.